



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Secretaria Executiva – SEXEC

Ata da 9ª Reunião do Conselho Diretor do FNDCT

1 APRESENTAÇÃO

Este documento reúne as questões discutidas e as decisões tomadas no âmbito da 9ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor do FNDCT, realizada em 16 de outubro de 2013, com início às 14h30 e término às 17h30, na Sala dos Conselhos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, e que tratou da seguinte pauta: 1) Abertura - Presidente do Conselho Diretor, Sr. Marco Antonio Raupp, Ministro de Estado da C,T&I; 2) Aprovação da Ata da Reunião de 28 de maio de 2013; 3) Plano de Investimento do FNDCT 2013 – Situação atual - Secretário Executivo do MCTI; 4) Balanço da implementação das ações do FNDCT/Fundos Setoriais: no âmbito da Finep e no âmbito do CNPq; 5) Planejamento das Ações para 2014; 6) Informe sobre os Documentos de Diretrizes dos Fundos Setoriais – CGEE; 7) Definição do Calendário de Reuniões para 2014.

2 PARTICIPANTES

Membros Titulares e representantes presentes:

Marco Antônio Raupp – Presidente do Conselho e Ministro de Estado da C,T&I;

Luiz Antônio Rodrigues Elias – Secretário Executivo do MCTI

Ana Carolina Machado Arroio – representante do Segmento das Micro e Pequenas Empresas

Carlos A. Aragão de Carvalho Filho – representante da Comunidade Científica

Gianna Cardoso Sagazio – representante do BNDES - substituto

Glauco Arbix – representante da FINEP

Glaucius Oliva – Representante CNPq

Jorge Almeida Guimarães - representante MEC/CAPES

Helena Bonciani Nader – representante da Comunidade Científica

Humberto Rodrigues de Oliveira – representante do Seg. Micro e Pequenas Empresas

Jaílson Bittencourt de Andrade – representante da Comunidade Científica

Joílson Antônio Cardoso do Nascimento – representante dos Trabalhadores da Área de C&T

Nelson Akio Fujimoto – representante do MDIC

Nelson Maculan Filho – representante comunidade científica

Rafael Esmeraldo Luchhesi Romacciotti – representante do Setor Empresarial

Ricardo Felizzola – representante do setor empresarial

Geraldo Antônio Diniz Branco – representante do MD - substituto

Convidados:

José Raimundo Braga Coelho – Presidente da AEB

Mariano Francisco Laplane – Presidente do CGEE

Alvaro Toubes Prata – Secretário da SETEC

Carlos Nobre – Secretário da SEPED

Oswaldo Baptista Duarte Filho – SECIS

Fernando Ribeiro – Diretor da FINEP

Marcos Vinícius de Souza - MDIC

Daniel de Almeida Bogado Leite – MDIC

Daniel Colombo – Gabinete/MCTI

Hébrida Verardo - Ministério da Fazenda

Claudio Valério – CNPq
Elianne Prescott – Coordenadora-Geral da ASCOF
Fábio Barreto – ASCOF
Adriana Marinho - CNPq
Marlos Agostini – ASCOF
Natália Vieira – ASCOF
Lílian Rose Peters – ASCOF/SEXEC
Fernando da Silva de Souza – ASCOF

3 ANDAMENTO DA REUNIÃO

O Presidente do Conselho Diretor do FNDCT e Ministro de Estado da C,T&I abriu a reunião agradecendo a presença de todos. Após a leitura da pauta, apresentou a evolução dos recursos operados pelo MCTI e relatou os principais ajustes aplicados no orçamento de 2013, como a ampliação do orçamento do CNPq em R\$ 750,2 milhões para atender ao reajuste no valor das bolsas e ao Programa *Ciências sem Fronteiras* (CsF). Esse ajuste, esclareceu, impactou o Limite de Empenho do FNDCT no exercício. Com relação a 2014, destacou a inclusão de recursos para o Programa CsF no orçamento do FNDCT que totalizam R\$ 767 milhões. Concluindo, esclareceu que o MCTI vem mantendo entendimentos com o MEC no sentido de repartir os custos do Programa CsF, notadamente em razão da perda da arrecadação dos *royalties* do Petróleo como fonte de receita do FNDCT.

O Sr. Elias reforçou que o Governo Federal solicitou um conjunto de ajustes no orçamento fiscal, mas que, por outro lado, sinalizou com uma recuperação dessa fonte de receita por meio da alocação de recursos do Tesouro Ordinário (fonte 100) no CT-PETRO. Em seguida, apresentou quadro resumo com o valor aprovado na LOA 2013 e o valor previsto no Projeto de Lei orçamentária (PLOA) para 2014, destacando que o orçamento de 2014 mantém o mesmo limite de empenho fixado para o FNDCT em 2013, da ordem de R\$ 3,38 bilhões. Destacou, todavia, que foi incorporado ao orçamento do FNDCT parte do Programa CsF. Com relação aos ajustes no orçamento fiscal do MCTI aplicados em 2013, esclareceu que além do impacto dos ajustes para atender ao CsF e ao valor das bolsas, de R\$ 399 milhões e R\$ 188 milhões, respectivamente, ainda houve um impacto de R\$ 150 milhões no Limite do FNDCT para atender ao Alcântara Cyclone Space (ACS) e um ajuste de R\$ 163,2 milhões determinado pelo MPOG. Dessa forma, o limite de empenho para 2013 totaliza R\$ 2.534 milhões. Esclareceu que o MCTI vem trabalhando junto aos Ministérios do Planejamento e Fazenda no sentido de recuperar parcela do limite em razão do grande volume de compromissos já assumidos. Destacou que essas negociações já têm apresentado resultados, uma vez que já se conseguiu para 2013 recursos da ordem de R\$ 200 milhões em títulos para capitalização da FINEP. Finalizando, o Sr. Elias manifestou sua preocupação com o fato de que atual modelo de financiamento a C,T&I baseado única e exclusivamente no FNDCT tende a se esgotar.

3.1 Balanço CNPq

O Sr. Glaucius Oliva apresentou o Quadro 1 com os compromissos já assumidos pelo CNPq (situação em 04/10) e que têm impacto no orçamento até 2016.

Quadro 1 – Valor dos compromissos em ações em execução no CNPq, por tipo de instrumento – 2013 a 2016

INSTRUMENTO	2013	2014	2015	2016	TOTAL
Chamadas	496,780	365,330	42,000	13,000	917,110
Encomendas	71,589	29,300	12,000		112,889
Total Geral	568,369	394,630	54,000	13,000	1.029,999

Obs.: não inclui ações canceladas

R\$ Milhões

Com relação à execução orçamentária, informou que já foram repassados R\$ 253,8 milhões ao CNPq, dos quais R\$ 178,4 milhões já empenhados. Com relação à execução financeira, informou que dos R\$ 375,3 milhões repassados ao CNPq já foram pagos R\$ 371 milhões, sendo R\$ 260 milhões relativos a despesas

inscritas em RaP (restos a pagar). Concluindo, informou que a previsão de execução do FNDCT pelo CNPq em 2013 deve ser da ordem de R\$ 700 milhões.

3.2 Balanço FINEP

O Sr. Glauco Arbix informou que todas as encomendas e chamadas públicas autorizadas pelos Comitês até setembro foram implementadas (Quadro 2).

Quadro 2 – Situação das ações em execução na FINEP - por tipo de instrumento – 2013

Em R\$ milhões

	2012			2013		
	Previstas	Implementadas	Valor Ofertado	Previstas	Implementadas	Valor Ofertado
Encomendas						
Transversais	13	13	128,8	40	36	401,8
Verticais	21	21	124,9	20	17	125,1
Total	34	34	253,7	60	53	526,9
Chamadas Públicas						
Transversais	3	3	68,1	4	3	148,9
Verticais	1	1	404,1	9	8	563,5
Total	4	4	472,2	13	11	712,4

Fonte: FINEP - situação em 14/10/13

Em seguida, apresentou dados sobre a execução orçamentária e financeira do FNDCT em 2013, destacando que se verifica uma estagnação no valor total de recursos disponibilizados, com uma perda relativa em relação ao crescimento do orçamento federal. Salientou que o FNDCT tem substituído recursos da fonte Tesouro, ao mesmo tempo em que tem financiado ações contínuas e, portanto, inadmissíveis. Apresentou como cenário futuro que as ações do FNDCT ficarão comprometidas pela falta de recursos e, mais ainda, pela retirada da condição de decisão sobre a alocação de recursos, principalmente devido ao financiamento dessas ações.

3.3 Discussão

O Sr. Ministro informou que o MCTI tem trabalhado junto ao MPOG com vistas a garantir que os recursos para o Programa CsF não saiam do FNDCT. Em relação ao CT-PETRO, destacou que foi surpreendido com a decisão do Congresso que revogou a legislação anterior, mas que essa é uma discussão jurídica que está em aberto. Reforçou que não existem críticas ao Programa CsF pela comunidade científica e que a discussão diz respeito ao financiamento do Programa. Em relação ao plano INOVA, o Sr. Ministro registrou que ainda faltam dois editais que deverão ser lançados até o fim do ano: o Inova Mobilidade e o Inova Sustentabilidade.

O Sr. Carlos Aragão teceu elogios ao diagnóstico apresentado pela FINEP em relação à “trajetória recente do FNDCT” e sugeriu a defesa e a necessidade de ressurgimento do Fundo. Registrou que o FNDCT é um instrumento importante para ciência, tecnologia e inovação no País e, embora defenda novos instrumentos e iniciativas complementares ao Fundo, o seu ‘atual esgotamento’ se dá em face do crescimento da demanda, o que se constituiria em argumento para defender a não inclusão de encargos não relacionados no seu orçamento. Registrou, por fim, a necessidade de se garantir e ampliar os recursos para o CNPq.

O Sr. Jaílson de Andrade mostrou preocupação com a constante redução no orçamento do CNPq. Retomou o problema do fim dos recursos do CT-PETRO, destacando o impacto em outros fundos, como o CT-INFRA, com repercussão nas universidades. Relembrou que em 2013 não houve edital voltado para os INCTs e que o programa REUNI não deu o segmento que deveria, trazendo consequências no andamento das obras e reflexo na própria estrutura de pesquisa.

A Sra. Ana Carolina apontou que seria importante investir no marketing do FNDCT e endossou a defesa para que se ampliem os recursos para a subvenção e que se garanta uma melhor aplicação, com vistas a atender aos interesses da indústria.

O Sr. Rafael Lucchhesi apontou que se vive um quadro de restrição fiscal e que o modelo de financiamento pensado no fim dos anos 90 se esgotou. Defendeu uma Agenda de Ciência e Inovação cuja importância estratégica para o País precisa ser difundida. Ponderou que não há polarização entre ciência e inovação; que há uma conexão entre ambas. Propôs que os membros do Conselho saíssem com uma posição unificada para pleitear mais recursos, principalmente diante do contexto de restrição fiscal, sugerindo unificar uma agenda, com os seguintes pontos: 1) O CsF é importante, porém os recursos não devem sair do FNDCT, mas do MEC, assim como outras ações tradicionalmente atendidas pela fonte 100 não deveriam constar do orçamento do FNDCT; 2) rever os recursos destinados para a Subvenção; e 3) ampliar a eficiência dos gastos públicos. No que tange à subvenção, citou que o percentual em relação PIB aplicado nessa modalidade representa 1/18 do valor praticado pelos EUA. Por fim, solicitou informações sobre o orçamento que será destinado à Embrapii.

A Sra. Helena Nader informou que a SBPC irá se posicionar formalmente em relação ao CsF, uma vez que houve sinalização do Governo de que se iria utilizar recursos novos para esse Programa. Destacou, contudo, que tomando por base as apresentações, os recursos para o CsF já em 2013 são oriundos do FNDCT. Acrescentou que o FNDCT foi criado como um Projeto de Estado, não de governo, e criticou o fato dos recursos do FNDCT estarem sendo utilizados para viabilizar o envio de alunos ao exterior para fazerem cursos de inglês com apoio do Programa. Demonstrou preocupação com a situação dos compromissos já assumidos, que tinham como base os recursos do CT-PETRO e salientou a substituição de recursos do Tesouro pelo os dos fundos setoriais, questionando quais mecanismos poderiam evitar que isso ocorra. Concordando com o representante do setor empresarial, acrescentou que na última reunião do Conselho já se havia registrado a importância de se recuperar o orçamento do CNPq, conforme consta em ata, mas que, no entanto, não gerou os resultados esperados; ao contrário, o orçamento diminuiu e foram incluídas outras ações no orçamento do FNDCT. Ressaltou ainda que o CNPq e a Capes são duas agências distintas, complementares, com papéis e focos diferentes, de maneira que não podem ser fundidas. Sugeriu que o Conselho Diretor elabore um manifesto ou algum tipo de documento que registre a importância fundamental do CNPq e a necessidade de ampliação do seu orçamento. Registrou, por fim, que avanços como o pré-sal e aqueles obtidos na agricultura decorrem da capacidade de brasileiros formados nas universidades; defendeu que não é preciso cortar recursos para ciência, tecnologia e inovação para se investir em educação.

O Sr. Elias destacou que há um esgotamento da capacidade do FNDCT em atender a toda a demanda de C&T, citando como exemplo a demanda de investimento em grandes laboratórios. Defendeu a formação de novos pactos, como o da construção civil, que poderão viabilizar novas fontes de receita para o sistema de C&T. Quanto ao orçamento para a Embrapii, esclareceu que a capacidade de execução em 2013 deve ser da ordem de R\$ 10 a 15 milhões, já previstos no orçamento, e que para 2014 está em negociação um remanejamento de recursos para a OS, que deve girar em torno de R\$ 270 a R\$ 300 milhões. Registrou, ainda, a intenção do MCTI, no âmbito de sua competência, de não cortar programas estruturantes. Nesse sentido, o Sr. Ministro destacou que não há mudança de prioridades, reforçando que há uma clara e objetiva prioridade em ciência e tecnologia no governo. Com relação ao Programa dos INCTs, garantiu que será continuado em 2014.

O Sr. Ricardo Felizzola ressaltou que ciência e tecnologia são meio, e não fim e destacou a importância de se adotar indicadores que demonstrem os avanços gerados pelos investimentos realizados com recursos do FNDCT.

O Sr. Glaucius registrou que quantificar resultados a partir de investimentos em educação e em ciência e tecnologia é complexo e exige longo prazo. Quanto ao CsF, esclareceu que o CNPq iniciou 2013 com um acréscimo de R\$ 417 milhões para o Programa, mas que, em agosto, esse valor somou R\$ 816 milhões, (1) por mudanças na taxa cambial; (2) em razão de mudança dos países para os quais os alunos foram enviados, priorizando EUA, Canadá, Austrália, entre outros; e (3) em razão da possibilidade de os graduandos cursarem cursos de idiomas para facilitar o ingresso nessas universidades. Dessa forma, ao dobrar o custo do Programa, a questão passou a ser aonde acomodar esses novos custos, e a decisão recaiu sobre o FNDCT. Outra questão importante foi o aumento do valor das bolsas de mestrado e doutorado, que também teve que se acomodar dentro do FNDCT.

O Sr. Glauco ressaltou que o FNDCT não é a única fonte de recurso aplicado à ciência e à tecnologia no Brasil. Ministérios, como da Defesa, o MEC, da Saúde e da Agricultura investem em pesquisa e ciência muito mais do que o próprio FNDCT. Reforçou que o orçamento do FNDCT é insuficiente para atender às necessidades e que

por essa razão, faz-se necessário garantir o melhor uso desses recursos e avaliar o que é realmente fundamental e o que não pode ser prejudicado.

O Sr. Nelson Fujimoto ponderou que, tendo em vista os cortes orçamentários, será necessário melhor avaliar a aplicação dos recursos. Destacou que de 2000 a 2012 os recursos do FNDCT sempre foram ascendentes, mas o cenário atual aponta para sua estagnação.

O Sr. Jorge Almeida destacou que tanto a Capes, quanto o CNPq têm condições de executar bem mais de orçamento do que atualmente executam. Citou o aumento nos últimos anos do crédito operado FINEP e destacou que os esforços deveriam ser concentrados em recuperar o orçamento do CNPq.

3.4 Plano de Investimento 2014

O Sr. Elias apontou que apenas os recursos do FNDCT não são suficientes para comportar projetos de impacto, como o plano INOVA e a subvenção econômica para a inovação. Esclareceu que o MCTI tem buscado junto ao Governo Federal fontes complementares de recursos. Apresentou o Quadro 3 com dados sobre as ações orçamentárias que compõem o orçamento do FNDCT tendo por base a PLOA 2014.

Quadro 3 – PLOA FNDCT 2014

PLOA 2014 (29/08/2013)	Em R\$ milhões
APLICAÇÕES PRÉ-DEFINIDAS	830
EQUALIZAÇÃO DE TAXAS DE JUROS	209
ESTÍMULO ÀS EMPRESAS DE BASE TECNOLÓGICA	50
INCENTIVO AO INVESTIMENTO EM C&T - GARANTIA DE LIQUIDEZ	1
SUBVENÇÃO ECONÔMICA	269
Outras Ações do FNDCT	23
ORGANIZAÇÕES SOCIAIS	278
INPOH	10
IMPA	18
IDSM	11
CNPEM (INCLUI SIRIUS & LNNANO (*))	60
RNP	45
CGEE	33
EMBRAPII	100
NOVAS AÇÕES	767
CsF	767
AÇÕES ESPECÍFICAS DOS FUNDOS SETORIAIS	1.784
FUNDOS VERTICIAIS	1.110
AÇÕES TRANSVERSAIS	674
TOTAL FNDCT	3.381

Em seguida, apresentou o Quadro 4 com a proposta de Plano de Investimento para 2014, considerando a PLOA e os compromissos já assumidos e que têm impacto no orçamento do próximo exercício.

Quadro 4 – Plano de Investimento FNDCT 2014

FNDCT	ORÇAMENTO LOA 2014	PROPOSTA DE APLICAÇÃO							
		Taxa + Despesa (2%+3%)*	SALDO DISPONÍVEL PARA 2014	Compromissos de Exercícios Anteriores			Para Comparar: Aplicação em 2013	Déficit a ser atendido em 2015	Saldo para novos TR's 2014
				FINEP	CNPq	TOTAL			
(A)	(D) = (C*5%)	(E) = (C-D)	(F)	(G)	(H) = (F+G)	(I) = (E-H)	(J) = (E-H)		
CT-AERONÁUTICO	38,98	1,95	37,03	8,44	2,00	10,44	29,66	26,59	
CT-AGRONEGÓCIO	81,26	4,06	77,20	17,00	16,00	33,00	54,99	44,20	
CT-AMAZÔNIA (Região Norte)	11,66	0,58	11,08	1,59	-	1,59	7,01	9,49	
CT-AMAZÔNIA (Amazônia Ocidental)	4,40	0,22	4,18	-	-	-	2,83	4,18	
CT-BIOTECNOLOGIA	40,62	2,03	38,59	0,70	14,56	15,26	35,82	23,33	
CT-ENERGIA	78,55	3,93	74,62	10,90	-	10,90	46,33	63,72	
CT-ESPACIAL	3,42	0,17	3,25	0,38	1,14	1,52	1,86	1,73	
CT-HIDRO	31,29	1,56	29,73	12,35	6,00	18,35	18,26	11,38	
CT-INNOVAR AUTO	49,10	2,46	46,65	-	-	-	-	46,65	
CT-INFO	35,38	1,77	33,61	2,00	16,28	18,28	29,08	15,33	
CT-INFRA	304,95	15,25	289,70	525,78	-	525,78	-	(236,08)	
CT-MINERAL	8,47	0,42	8,05	0,16	2,00	2,16	6,39	5,89	
CT-PETRO	175,60	8,78	166,82	34,52	10,00	44,52	133,69	122,30	
CT-SAÚDE	89,46	4,47	84,99	22,89	10,00	32,89	48,53	52,10	
CT-TRANSP. AQUAVIÁRIO	25,84	1,29	24,55	18,06	5,00	23,06	14,13	1,49	
CT-TRANSPORTE	0,45	0,02	0,43	-	-	-	0,29	0,43	
VERDE AMARELO	130,25	6,51	123,74	17,08	26,40	43,48	83,09	80,26	
I - TOTAL - Fundos Setoriais - Ações Verticais	1.109,68	55,48	1.054,20	671,85	109,38	781,23	511,98	(236,08)	
II - Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Estratégicas (Ação Transversal)	673,87	33,69	640,18	374,93	285,15	660,08	719,99	(19,90)	
III - SUBTOTAL = (I+II)	1.783,55	89,18	1.694,37	1.046,78	394,53	1.441,31	1.231,97	(255,98)	
Aplicações Pré-definidas - FNDCT									
IV - Ações Transversais OS (IMPA, MAMIRAUÁ, ABTLuS, CGEE, RNP, JNPOH e EMBRAPPII)	217,66	4,35	213,31	-	-	-	105,51	213,31	
V - INSTRUMENTOS - Programa Inovação para a Competitividade (Equalização, Investimento em Empresas Inovadoras e Garantia de Liquidez)*	260,29	6,71	253,58	409,58	-	409,58	498,38	(156,00)	
VI - Subvenção Econômica (Lei de Inovação + Lei de Bem)	269,10	13,46	255,65	453,07	-	453,07	151,28	(197,43)	
VII - Formação, Capacitação e Fixação de Recursos Humanos para C,T&I (CsF)	767,00	38,35	728,65	-	-	-	-	728,65	
VIII - Sirius e LNNano	60,00	3,00	57,00	-	-	-	-	57,00	
IX - Outras Ações do FNDCT (Fonte 100)	22,90	1,15	21,76	5,61	-	5,61	-	16,15	
X - SUBTOTAL Aplicações pré-definidas = (IV + V + VI + VII)	1.596,95	60,30	1.529,94	868,26	-	868,26	755,17	(353,43)	
XI - TOTAL FNDCT = (III + X)	3.380,50	149,48	3.224,31	1.915,04	394,53	2.309,57	1.987,14	(609,41)	
XII - Operação de Crédito: FPDTE	-	-	-	-	-	-	1.058,94	-	
XIII - TOTAL GERAL = (XI + XII)	3.380,50	149,48	3.224,31	1.915,04	394,53	2.309,57	3.046,08	(609,41)	
XIV - Reserva de Contingência	-	-	-	-	-	-	-	-	
TOTAL GERAL	3.380,50	149,48	3.224,31	1.915,04	394,53	2.309,57	3.046,08	(609,41)	

O Sr. Elias registrou que embora não haja previsão de alocação de recursos dos *royalties do petróleo* no orçamento do FNDCT em 2014, o montante destinado ao CT-PETRO foi mantido com recursos do Tesouro. Em relação ao CT-INFRA, registrou que o volume de recursos referentes aos compromissos decorre de um acúmulo muito grande de projetos, o que significará um impacto até 2015. Também, enfatizou que não haverá falta de recursos para grandes ações do FNDCT, reforçando que será lançado um novo programa para os INCT's e o edital Universal. Por fim, apresentou as políticas e diretrizes que servirão de base para o planejamento do FNDCT em 2014, notadamente a Estratégia Nacional de C,T&I e o Plano Brasil Maior, entre as políticas setoriais que têm consistência com os fundos setoriais.

A Sra. Helena Nader solicitou que seja garantido aporte de recursos para dois principais projetos: o SIRIUS e o Laboratório de Nanotecnologia.

O Sr. Elias informou que esses recursos estão garantidos via BNDES, com aporte de cerca de R\$ 200 milhões para o SIRIUS. Acrescentou que o MCTI está em negociando com a FAPESP um aporte adicional de R\$ 80 milhões e com as FAPs aporte de R\$ 60 milhões; o que indica que não haverá descontinuidade da obra e manutenção da previsão de lançamento para 2016 / 2017. Destacou que o mesmo se aplica ao Reator Multipropósito/RMP, ao LIT/INPE e ao LNNano, afirmando que não haverá perda de capacidade nesses projetos, embora alguns ajustes possam vir a ser necessários.

O Sr. Carlos Aragão reafirmou o empenho do MCTI em atender às demandas para a finalização do projeto SIRIUS.

O Sr. Elias defendeu uma maior integração com os outros ministérios (defesa, educação, saúde etc) e informou que estão em curso negociações junto ao MEC e MS, dado que os recursos dos *royalties* foram para o orçamento desses órgãos, com vistas a auxiliarem o MCTI na capacidade de impulsionar os laboratórios.

3.5 Outros Assuntos

O Sr Laplane informou que já foram elaborados e encaminhados aos Comitês Gestores oito documentos de diretrizes: CT-AERO, CT-ESPACIAL, CT-HIDRO, CT-SAÚDE, CT-AGRO, CT-AQUAVIÁRIO, CT-PETRO e CT-VERDE-AMARELO. Esclareceu que os documentos dos demais Fundos estão em fase de elaboração e deverão estar concluídos até a primeira semana de novembro.

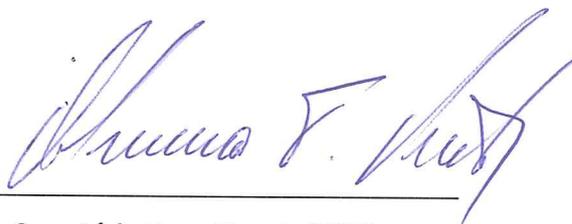
Esgotada a Pauta, o Sr. Luiz Antonio Rodrigues Elias agradeceu a presença de todos os presentes e deu por encerrada a reunião.

4 SÍNTESE DAS DELIBERAÇÕES

Foram tomadas as seguintes decisões:

- 1) Foi aprovado o Plano de Investimento do FNDCT 2014, com base na PLOA 2014;
- 2) O planejamento das ações em 2014 deverão levar em consideração as seguintes Políticas e Diretrizes:
 - a. Estratégia Nacional de C,T&I;
 - b. Plano Brasil Maior;
 - c. As políticas setoriais que guardam consistência com os fundos setoriais.
- 3) Foi aprovada a Ata da 8ª Reunião do Conselho Diretor do FNDCT, realizada em 28 de maio de 2013, por unanimidade;
- 4) Foi aprovado o seguinte calendário de reuniões:
 - a. 1ª Reunião de 2014: deverá ocorrer entre fevereiro ou março; e
 - b. As reuniões dos Comitês Gestores dos Fundos Setoriais deverão ser realizadas entre novembro e dezembro de 2013.

Brasília, 07 de outubro de 2014.



Secretário Executivo do MCTI